



Amarante Congresso Histórico 98

✂

✓

Comissão de Honra

Presidente da República

Dr. Jorge Fernando Branco Sampaio

Presidente da Assembleia da República

Dr. António Almeida Santos

Primeiro Ministro

Eng. António Manuel de Oliveira Guterres

Ministro da Educação

Prof. Doutor Eduardo Marçal Grilo

Ministro da Cultura

Prof. Doutor Manuel Maria Carrilho

Ministro da Ciência e Tecnologia

Prof. Doutor José Mariano Pires Gago

Governador Civil do Distrito do Porto

Prof. Doutor Carlos Jorge Barral

Presidente da Câmara Municipal de Amarante

Dr. Armindo José da Cunha Abreu

Presidente da Assembleia Municipal de Amarante

Dr. Francisco José Pereira Assis Miranda

Reitor da Universidade do Porto

Prof. Doutor Alberto Manuel Sampaio Amaral

Presidente da Academia Portuguesa da História

Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão

Ficha Técnica

Título

**Amarante Congresso Histórico 98
Actas**

Edição

Câmara Municipal de Amarante

Tiragem

500 exemplares

Composição Impressão

Gráfica do Norte - Amarante

ISBN 972-98539-0-8

Depósito Legal

N.º 157746/00

Amarante medieval em documentos da Colegiada de Guimarães

Implantada num importante ponto de passagem¹ entre o Douro e o Vale do Ave² e mesmo entre Trás-os-Montes e a região do Porto, a povoação de Amarante gozava, no mundo antigo, de uma situação privilegiada.

Para além disso, juntamente com Pombeiro e Guimarães, Amarante definia o eixo de uma vasta zona - delimitada a Ocidente e a Oriente, respectivamente, pelos rios Ave e Tâmega - que tinha uma verdadeira unidade, e cujo centro era rigorosamente Pombeiro. Toda esta zona pertenceu à Diocese de Braga até finais do século passado.

Dois centros religiosos a marcaram e influenciaram profundamente: o Mosteiro de Pombeiro e a Colegiada de Santa Maria de Guimarães.

O Couto de Pombeiro chegava às portas de Amarante e algumas igrejas paroquiais que hoje fazem parte deste concelho pertenciam ao

«Por ser estrada de muita passagem», diz o Pe. António Carvalho da Costa na sua *Corografia Portuguesa* (I Vol., 2ª edição, 1868, p. 77).

Não muito a sul ficava-lhe a tão importante Ponte de Canavezes, citada no *Itinerário de Antonino*. Ver, por exemplo, ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Vias medievais - I Entre Douro e Minho*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (versão policopiada), 1968, pp. 190-191. Em 1726, CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, nas suas *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho*, Vol. I (Ponte de Lima; Edições Carvalhos de Basto, Lda, 1992, pp. 56-64), dá-nos notícia mais pormenorizada desta estrada a que chama «Via Militaris» e que, ainda hoje, é possível localizar, com maior ou menor precisão, em quase toda a sua extensão.

seu padroado. De igual modo, vários mosteiros beneditinos de aqui ao pé tinham com o de Pombeiro, bem mais importante que a Colegiada, relações mais ou menos intensas: Travanca, Vila Cova, Telões, Lufrei e Gondar.

Quanto à Colegiada de Guimarães, o menos que se pode dizer é que, pelo menos a partir do séc. XIII, ela tinha intensas relações pastorais, mas não só, com toda esta região e particularmente com Amarante e Fregim. Telões era um caso especial. Nesta povoação, citada já nas Inquirições de 1220, existia uma das 21 colegiadas ou igrejas seculares instituídas na Arquidiocese de Braga entre os séculos XII e XV. Nada de estranhar portanto que tivesse relações com a de Santa Maria de Guimarães.

De Amarante, povoação citada embora, também, nas Inquirições de D. Afonso II, nada praticamente - e com certeza - se sabe, antes de bem entrada já a segunda metade do séc. XIII.

1. Referências a Amarante na documentação da Colegiada

Entretanto, em variada documentação da Colegiada de Santa Maria, especialmente nos testamentos que faziam parte do seu Arquivo³, aparecem várias referências a Amarante, com interesse para avaliarmos da sua importância⁴.

Em 1269, Domna Dominica Joannis, deixa em testamento seis libras para os leprosos de Bouças, de Amarante, de Mesão Frio, de Alfena, de Barcelos e de Braga⁵. Dez anos depois, 1279, as leprosarias de Amarante e de Bouças aparecem de novo mencionadas, desta vez em conjunto com a do Porto, num testamento em que Domna Broilhe lega a cada uma «unum morauitinum»⁶.

Às freiras de Amarante - chamadas *freiris*, *munialibus* ou simplesmente *freiras* - há doações feitas em testamentos de 1282⁷ 1284⁸, 1287⁹, 1302¹⁰, 1308¹¹ e 1350¹².

Estes testamentos foram copiados no séc. XVIII (1717) em dois enormes volumes *Testamentos e Doações ao Cabido* (de seguida citarei apenas *Testamentos e Doações*) - guardados no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (AMAP), de Guimarães, estando os originais guardados, na sua quase totalidade, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cotas dos dois cartulários: C 1401 e C 1402.

Para além dos Cartulários citados refiro-me a vários pergaminhos e ao cartulário «Padroados», de 1721, cota C.1094.

Testamentos e Doações, I, Doc. 203, p. 356v.

Testamentos e Doações, I, Doc. 207, p. 363-363v.: «Item freiris de Amarante quinque libras in pitantiam»

⁷ *Ibid.*

Depois, entrado o século XIV, há mais referências a Amarante na documentação da Colegiada. Em 1305, João Martins de Forcado e sua mulher ambos da freguesia de Telões, doam a Gonçalo Migueis, clérigo de Telões, uma propriedade que, posteriormente, foi parar aos bens da Colegiada. No instrumento desta doação intervêm Gonçalo Gonçalves, tabelião de Amarante, sendo testemunhas, entre outras, Domingos Lourenço e Domingos Martins, Juizes de Amarante¹³.

Em 1338, «Martim Martiñs conigo que foi da dita Villa [de Guimarães] e Abbade de São Gonçallo da Amarante» mandava que, por sua morte, o cadáver lhe fosse enterrado na igreja de Santa Maria de Guimarães, num instrumento feito «por maõ e escrito de Gonçallo Domingues taballiom Damarante»¹⁴.

Em 1371, um tal Vicente Domingues que era Chantre de Guimarães e Cónego de Braga deixa em testamento à Colegiada «as herdades, e Rendas que hei em a Amarante, & em Gatom que ora de mim traje emprazadas Affonço Romeo, e Martim Annes taballiom da Amarante as quais foram de Maria Domingues minha tia». Não é abusivo pensar - julgo - que este Chantre de Guimarães tivesse por aqui raízes familiares¹⁵.

Em 1387, num emprazamento de umas casas e eixido da rua de Santa Maria, em Guimarães, feito pelos clérigos do Côro, diz-se que a referida propriedade confronta num dos lados com as casas de João Gonçalves, ou Gil, abade de S. Gonçalo de Amarante¹⁶.

Em 1457, na doação de umas casas da Rua de S. Tiago, em Guimarães, intervêm como testemunha «Pero Affonço Abbade de São Gonçallo Damarante e João de Basto seu criado»¹⁷.

A documentação referente a uma outra «Doação de prop.es na V^a de Amarante» é mais pormenorizada a contar como as coisas se passaram. «Izabel Gonçalues filha que foi de Gonçalo Gonçalues

⁸ *Testamentos e Doações*, II, Doc. 115, p. 207v.: «Munialibus de Amarante decem solidos».

⁹ *Testamentos e Doações*, I, Doc. 69, p. 110: «Item sinco soldos as freiras».

¹⁰ *Testamentos e Doações*, I, Doc. 50, p. 95v.: «Item as freiras de Amarante quarta de maraud».

¹¹ *Testamentos e Doações*, II, Doc. 85, p. 157v.: «Item mando as freiras de Amarante sinco soldos e metaome em oraçom».

¹² *Testamentos e Doações*, I, Doc. 71, p. 114v.: «Item mando as freiras de Amarante carenta soldos».

¹³ AMAP, Colegiada de Guimarães, *Pergaminho LXIV*.

¹⁴ *Testamentos e Doações*, II, Doc. 119, pp. 214v.

¹⁵ *Testamentos e Doações*, I, Doc. 194, pp. 339v-340.

¹⁶ AMAP, Colegiada de Guimarães, *Pergaminho CCXXVI*.

¹⁷ *Testamentos e Doações*, I, Doc. 120, p. 201v.

morador na dita Villa» [de Amarante] vendeu, em 1518, «ha leira de chão» a «Gonçalo Pires crelligo de Missa». No acto intervieram, como testemunhas, um outro crelligo de missa, Gonçalo Diz, um sapateiro e um alfaiate, todos «moradores na Amarante»¹⁸. Seis anos mais tarde, em 12 de Outubro de 1524, o mesmo Gonçalo Pires de novo dito «créligo de Missa» mas agora também «morador na Amarante» doou a propriedade a Santa Maria da Oliveira de Guimarães¹⁹.

Chegado assim ao séc. XVI, fico-me por aqui.

Não deixo no entanto de referir-me a algumas ilações a tirar desta mancha de dados. E a primeira é que a leprosaria de Amarante, que existia já na segunda metade do séc. XIII, ombreava certamente em importância com as de Bouças, Alfena, Braga, Guimarães e Porto, entre outras. E não se esqueça que estes estabelecimentos de misericórdia se situavam sempre em importantes lugares de passagem do mundo medieval.

Há, além disso, na colecção de testamentos da Colegiada, notícias de diversas doações às freiras de Amarante. Uma primeira data de 1282, e até 1350 haverá mais cinco. E também os mosteiros se erguiam muitas vezes perto de estradas ou lugares de passagem, tendência que se acentuou com os mendicantes.

Mas está ainda em aberto, julgo, esta questão de saber que religiosas eram estas: se *munialibus*, monjas portanto, se *freiras*, por conseguinte mendicantes. Segundo a opinião mais corrente, tratar-se-ia de clarissas: esta hipótese não me parece, contudo, com fundamento²⁰.

Tratar-se-ia de cistercienses? Seria em Amarante a «abadia de monjas a construir [em 1227], mas que não sabemos bem qual seria [?]. De facto, nesse ano o Capítulo Geral [dos cistercienses] dá comissão aos abades de Tarouca e Alcobaça, sobre a abadia de monjas a construir

¹⁸ Testamentos e Doações, I, Doc. 203, pp. 381v-383.

¹⁹ *Ibid.*, p. 383.

²⁰ De facto este convento de Amarante, que vários autores pretendem de clarissas e datam de 1195, de 1220 ou de 1226 não pode ter sido fundado pela mulher de D. Afonso Henriques (como pretende Albano Sardoeira in «O convento de Santa Clara», in *Marânus*, edição da Câmara Municipal de Amarante, 1979, p. 131). É que D. Mafalda morreu em 1158 e Santa Clara nasceu apenas em 1194 (?). Mesmo que tenha sido fundado em 1220 ou 1226, não deve ter sido, no princípio um convento de clarissas. Em 1220, Clara de Assis tinha professado há apenas oito anos, pelo que não é provável que houvesse já uma fundação clarissa em Portugal; e o mesmo se diga de 1226. De resto, parece não restarem dúvidas de que o primeiro convento português de Santa Clara foi o de Lamego, fundado só em 1258, logo de seguida transferido para Santarém.

pela filha do rei de Portugal. De que infanta se tratará, uma vez que, nesta data, já os mosteiros de Lorvão, Celas e Arouca, ligados respectivamente a D. Teresa, D. Sancha e D. Mafalda seguiam a Ordem cisterciense?»²¹.

Vão nesta linha duas notícias, uma de Carvalho Costa e outra de Alpoim de Menezes. O primeiro diz assim: «(...) Villa [de Amarante], a qual tem hum Mosteiro de freyras de Santa Clara sogeitas aos religiosos de S. Francisco, que fundou a Rainha Dona Mafalda, filha delRey Dom Sancho o Primeiro de Portugal, para Religiosas da Ordem de Cister, & por ser o sitio aspero, & fragoso, o fez passar ao que esta Ordem tem na Villa de Arouca»²². Esta notícia é, na prática, repetida por Alpoim de Menezes: «Tinha [Amarante] outro Convento de Religiosas de Sancta Clara (...): a historia da sua fundação pela Raynha D. Mafalda para Monjas Bernardas, que fez depois passar a Arouca; o que se sabe delle ao depois é que foi de Religiosas Franciscanas»²³.

Parece-me, por tudo isto, poder admitir-se que o mosteiro de Santa Clara de Amarante tenha sido primeiramente cisterciense, fundado por D. Mafalda (1195?-1256), a filha de D. Sancho I que, em 1224, introduziu a reforma cisterciense no mosteiro de Arouca. Oxalá o estudo arqueológico que, neste preciso momento, se leva a cabo na Casa da Cerca (Convento de Santa Clara de Amarante) o possa confirmar!

É muito curiosa também, e importante, a referência aos Tabeliões de Amarante. A partir de 1305, por decisão de D. Dinis, pertencia ao rei nomear Tabeliões, autorizados a exercer o seu ofício em todo o reino, ou numa comarca em particular. É deste mesmo ano de 1305 a primeira referência que encontrei a um Tabelião de Amarante, Gonçalo Gonçalves. Em vários outros instrumentos, aparecem depois sucessivamente: em 1338, Gonçalo Domingues; e em 1371, Martim Anes. Estes oficiais só se justificam, naturalmente, em terra de algum movimento.

Depois de uma primeira referência, de 1279, a uma «igreja de São Gonçalo de Amarante»²⁴, há, na documentação de Guimarães, ao

²¹ MARQUES, Maria Alegria F. - «A introdução da Ordem de Cister em Portugal», in *La introducción del Cister en España y Portugal*, Bujedo: La Olmeda, 1991, p. 182.

²² COSTA, Carvalho - *Corografia Portuguesa*, 1706, p. 143

²³ MENEZES, Francisco de Alpoim - *Historia de Amarante*, 1814, Códice 558 de Biblioteca Nacional de Lisboa, p. 35.

²⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Colegiada de Guimarães*, Docs. parts., manuscrito 12, nº 30.

longo dos séculos XIV e XV, algumas referências a vários Abades de São Gonçalo de Amarante ou simplesmente de Amarante, de alguns dos quais se diz expressamente que eram Cónegos da Colegiada, mas sendo-o por certo todos os mais: Martim Martins (1338), João Gonçalves (1387), Pedro Afonso (1456²⁵, 1457²⁶ e 1458²⁷), e eventualmente Gonçalo Diz, testemunha de Gonçalo Pires, ditos os dois «créligos de missa», e ambos, sucessivamente, «moradores na Amarante»²⁸.

Atente-se também em que, em 1458, o citado Pedro Afonso, Abade de São Gonçalo e raçoeiro em Santiago de Antas, outra das 21 colegiadas da Arquidiocese, trocou a sua razão de Santiago pelo Chantrado da Colegiada. A informação pormenorizada do documento deixa pensar que terá acumulado depois o benefício de São Gonçalo com o de Santa Maria.

É ainda curioso salientar que nenhuma das freguesias de Amarante citadas na documentação da Colegiada pertencia quer ao Couto quer ao Padroado de Pombeiro, isto é, nada tinham a ver, directa ou indirectamente, com o mosteiro beneditino de Pombeiro mas sim com a Colegiada de Guimarães.

Este punhado de informações contidas na documentação da Colegiada de Santa Maria permite-nos pensar que Amarante tinha, séculos adiante, do XIII ao XV, uma relativa importância.

2. Como interpretar o que dizem de Amarante os hagiógrafos de São Gonçalo?

No entanto, os hagiógrafos de São Gonçalo que, nos séc.s XVI e XVII, se referem a Amarante, falam da terra de maneira muito diferente:

«... in quodam inculto et agresti pago, qui nunc Amarantha vocatur, iuxta flumen quod Tamaca dicitur (...). Erat oppidulus antea desertus, invius atque omnino ab hominum notitia absconditus...»²⁹.

«Era n'aquella idade verdadeiro deserto todo o sítio, e comarca, onde hoje he a villa de Amarante, sitio não só ermo, por apartado da gente, e povoado; mas temeroso por altura de montes, profundeza de valles, aspereza de penedia, e matas espessas; e sobre tudo pela corrente impetuosa e escura, com que profundamente lhe lava as raizes o rio Tamega, entallado aqui com outras montanhas da parte contraria,

igualmente dependuradas, e agras, e que fazem crer, a quem está sobre ellas, que não póde haver divisão, nem corrente de ágoas em meio. Acrescenta horror a vista da empinada serra do Marão, que cuberta de neve grande parte do anno, parece ficar pendente sobre as cabeças»³⁰.

Não nos podem intimidar, entretanto, os termos utilizados por Sampaio e Fr. Luís de Sousa para descrever o sítio de Amarante: *incultus et agrestis pagus, oppidulus antea desertus, invius atque omnino ab hominum notitia absconditus, verdadeiro deserto, ermo, por apartado da gente, e povoado, temeroso por altura de montes, profundeza de valles, aspereza de penedia, e matas espessas*.

No pensamento medieval, os vocábulos *bosque, deserto, ermo* ou *mata espessa* querem dizer exactamente a mesma coisa.

Assim, por exemplo, em «Tristão e Isolda», de Bérout, uma das maiores obras da literatura francesa do séc. XII, os dois amantes, fugindo da cólera do rei Marcos, refugiam-se no bosque de Moroio. Comparei duas traduções espanholas deste texto. Uma diz: «Ya se encuentra Tristán tan a seguro como si estuviera en un castillo amurallado. (...) Así, vivieron largo tiempo en lo más recóndito del bosque: mucho tiempo habitaron aquellas soledades»³². Na outra, prefere-se o vocábulo «desierto» a «soledades»: permanecen ambos «en el bosque y se quedan largamente en ese desierto»³³.

É preciso ter sempre presente que, como diz Le Goff, «los bosques servieron de frontera, de refugio para los cultos paganos y de refugio para los anacoretas que “acudieron allí a buscar el desierto (eremum)”»³⁴.

Amarante não seria, portanto, um grande povoado compactamente urbanizado, mas apesar de tudo uma razoável povoação, com os arredores ocupados por agricultores dispersos³⁵, e ladeada por florestas que se adensavam certamente Marão acima e rio Tamega abaixo³⁶. Este, de muito difícil travessia pelo alcantilado de suas

²⁵ AMAP, Colegiada de Guimarães, Cartulário «Padroados», Doc. 10, p. 40.
²⁶ Testamentos e Doações, I, Doc. 129, p. 201v.

²⁷ AMAP, Colegiada de Guimarães, Pergaminho CCXCIV.

²⁸ Testamento e Doações, II, Doc 203, p. 383.

²⁹ SAMPAIO, Estêvão de - *Thesaurus Arcanus*, Parisiis: apud Thomam Perier, 1586, p. 140 v.

³⁰ SOUSA, Frei Luís de - *História de São Domingos*, 3ª parte, III, 3; utilizo a edição de Lello e Irmão, Porto, 1977, Vol. II, pp. 169-170.

³² BÉROUL - *Tristán e Iseo*, tradução de Roberto Ruiz Capellán, Madrid: Cátedra, 1985, pp. 114-115.

³³ LE GOFF, Jacques - *Lo maravilloso y lo cotidiano en el Occidente Medieval*, tradução de Alberto L. Bixio, 2ª edición, Barcelona: Gedisa, 1986, p. 35.

³⁴ *Ibid.*, p. 31.

³⁵ Sousa fala em «agras» (HSD, p. 170).

³⁶ Curiosamente, Fr. António BRANDÃO não diz que Amarante era um lugar ermo mas sim que São Gonçalo «escolheu há lugar retirado em Amarante» (*Monarquia Lusitana*, 4ª parte, Lisboa: Pedro Cræsbbeck, 1632, p. 213v). No séc. XIX, ALPOIM DE MENEZES daria deste «lugar retirado em Amarante» uma explicação no mínimo inteligente: «esta Villa [de Amarante] não tinha ... a mesma direção que hoje lhe vemos ... ella se estendia por traz da Igreja da

margens, separava casas isoladas ou pequenos aglomerados populacionais dispersos por campos ou encrostados em zonas densamente florestadas, existisse ou não neste lugar uma ponte romana, em ruínas.

Amarante era, em resumo, uma povoação pequena mas não um lugar totalmente isolado; estava então certamente em fase de repovoamento, e servida por estradas de apreciável utilização, como atrás se dizia.

O estudo da toponímia, Marão acima, de Amarante ou Mesão Frio até à Campeã, permite divisar ainda hoje, com imprecisão embora, traçados de antigos caminhos, provavelmente romanos.

A este propósito, pode ser curioso fazer mais uma incursão no já citado texto de Frei Luís de Sousa. Quando fala do milagre dos touros bravos de Dona Loba, prodigiosamente amansados por São Gonçalo durante os trabalhos de construção da ponte de Amarante, o cronista dominicano afirma que «descobre o alto da serra huma cabeça calva, como coroa de lagea continuada, na qual desde aquelle dia até hoje ficarão profundamente impressas humas rodadas de carro, que são buscadas, e veneradas dos passageiros por memoria d' este milagre»³⁷.

Mas o que o autor chama «memoria d' este milagre» não é certamente senão um simples «caminho de carro» abandonado no alto da serra, no qual ficaram «entalhados, e abertos os sinais das rodas», como há muitos ainda hoje, para o qual o povo buscou uma explicação no mínimo fantasiosa, e milagrosa.

No «alto da serra», escreveu Sousa. E, de facto, de Mesão Frio, podia antigamente subir-se à Campeã, pela Teixeira, donde se passava à Malhada de Mafómedes - lugar onde, por ser de muito trânsito, há uma capela de S. Gonçalo - e depois, serra acima, pelas Poças, Minas do Teixo e Penedo Ruivo. Exactamente nas Minas do Teixo, fez-se há mais de 10 anos uma descoberta sensacional que ficou a dever-se ao programa de reflorestação do Marão levado a cabo pela Direcção Geral de Florestas no seguimento do incêndio de 1985: a de um acampamento militar romano, onde foi encontrada a inscrição «Castra Oresbi»³⁸, o

Mizericórdia, que agora ha nesta Villa por onde está o Hospício dos treceiros de S. Francisco fora, por cima da Villa em direitura à Quinta de Pascoaes», lugar chamado Cimo de Vila e atravessado pela «rua denominada Cimo de Villa, e ficando a ermida, que Sam Gonçalo em tempos mais proximos edificou junto à ponte algum tanto retirada da Villa onde se recolhia...»

(*História de Amarante*, Códice 558 da BNL, pp. 177v-180v e 182).

³⁷ SOUSA - *ob. cit.*, p. 175

³⁸ O *Repórter do Marão*, ano VI, nº 328, de 28 de Junho de 1988, p. 3.

que ajudou a reforçar a convicção de que, como diz ainda a tradição popular, por ali passava uma estrada romana que fazia a travessia da Serra, na qual, como informa Sousa, não é de estranhar «ficassem entalhados, e abertos os sinais das rodas».

A concluir

Por tudo quanto fica dito, e porque «os anacoretas medievais procuravam frequentemente sítios desertos, mas junto ou perto de estradas e burgos, e não tanto a solidão absoluta» pois «podiam assim obter alguns géneros e utensílios indispensáveis para a sua subsistência, e praticar a hospitalidade»³⁹, admito como perfeitamente viável que um clérigo de Santa Maria de Guimarães ou mesmo um beneditino de Pombeiro (o que, no entanto, necessita de argumentos sólidos, capazes de contrariar uma tradição praticamente unânime!) tenha vindo como eremita para Amarante, tendo sido ou não depois dominicano, mas talvez sim a acreditar na tradição escrita quinhentista. Esse eremita foi São Gonçalo de Amarante. Mas esse não é o assunto desta comunicação.

³⁹ MATTOSO, José - «Eremitas portugueses no século XII», in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa: INCM, 1982, p. 19.